

Q) Projeto aprovado do sistema de drenagem - Planta e perfil, em escala adequada, do sistema de drenagem, indicando: Bueiros (tipo e localização); Caixas de passagem; Sarjetas; Valetas; Escadas hidráulicas; dissipadores de energia; e demais dispositivos projetados;

R) Projeto de infraestrutura do Sistema de Abastecimento de Água: - Apresentar Declaração de Possibilidade de Abastecimento (DPA) obtida na concessionária competente; Se não houver viabilidade de uso do sistema público, sendo o caso de uso de recursos hídricos de domínio estadual, apresentar o comprovante do requerimento ou o documento de Outorga para o direito de uso de recursos hídricos ou declaração de uso insignificante emitidos pelo órgão competente e alternativa de projeto de tratamento adotado para garantia da potabilidade conforme Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde; S) Projeto de infraestrutura do Sistema de Esgotamento Sanitário: - Apresentar Declaração de Possibilidade de Esgotamento Sanitário (DPE) obtida na companhia competente. Se não houver viabilidade de uso do sistema público: apresentar alternativa de projeto de tratamento adotado aprovado pela concessionária local de saneamento para garantia do atendimento pelo sistema as normativas de referência DZ 215-R4, NT 202-R10 e NOP-INEA-45;

T) Projeto do canteiro de obras e áreas de apoio

Deverá contemplar: Planta geral do canteiro, com indicação da localização das instalações e sistemas de controle; Infraestrutura de saneamento básico: fonte de abastecimento de água, armazenamento de resíduos e tratamento e disposição final de esgoto sanitário; Memória de cálculo do sistema de tratamento de esgoto sanitário (inclusive das frentes de obra); e Áreas de manutenção, de armazenamento e abastecimento de máquinas/equipamentos, área de lavagem de veículos, britagem, áreas de armazenamento de produtos químicos, etc.;

U) Cronograma físico de implantação do empreendimento - Devidamente assinado pelo representante legal e pelo responsável técnico.

V) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos contendo:

Descrição dos possíveis resíduos a serem gerados durante a instalação com base na IN IBAMA 13/2012, suas classificações de acordo com a norma NBR 10004/2004 da ABNT; volume mensal estimado; especificação dos locais de armazenamento temporário interno nos moldes das normas NBR 12235 (Armazenamento de resíduos sólidos perigosos) e NBR 11174 (Armazenamento de resíduos classes II – não inertes e III – inertes) da ABNT; especificação da tecnologia de tratamento e locais de destinação final de cada um deles e das empresas destinadoras, apresentando suas Licenças de Operação e Atribuição de Responsabilidade Técnica por meio de emissão e quitação de guia de ART referente ao Plano;

W) Declaração, assinada pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico, sobre o armazenamento de produtos perigosos no empreendimento, informando, baseados na NOI - NORMA INSTITUCIONAL - INEA-07/2014 - IDENTIFICAÇÃO E GERENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE RISCO MENOR, se há em quantidade menor que a massa máxima estocada da relação de substâncias perigosas, ou se há em quantidade maior que a massa máxima estocada da relação de substâncias perigosas ou se não há armazenamento;

X) Projeto Paisagístico da área do imóvel;

16. Será de responsabilidade do empreendedor qualquer dano ambiental não previsto no procedimento de licenciamento ambiental que ocorra em razão do empreendimento, estando sujeito às sanções previstas na Lei Federal 9.605/1998 de 12/02/1998, na Lei Estadual nº 3.467 de 14/09/2000 e na Lei Municipal 1.055 de 19/03/2010;

17. O volume de aterro deverá ser recebido de local devidamente licenciado.

18. Cumprir Termo de Compromisso Ambiental, elaborado pela SEMMA, após certame licitatório com a devida troca de titularidade.

A SEMMA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre, que julgar necessário. -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

O não cumprimento das condições constantes desta licença e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Municipal nº 1.055, de 19.03.2010 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao cancelamento da mesma.


Gilmar Rocha de Magalhães
Secretário Municipal de
Meio Ambiente
Matrícula 208604-3 - Sagquarema

CONTINUAÇÃO – PÁGINA 3 DE 4**AVERBAÇÃO Nº 02/2025**

D) Cópia do Contrato social quando se tratar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou cópia das atas de constituição e eleição da última diretoria e estatuto, quando se tratar de S/A; se o requerente for a Prefeitura: Ato de nomeação do Prefeito ou Secretário que assinar o requerimento;

E) Cópia do comprovante de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

F) Prova de justa posse - Poderão ser apresentados os seguintes documentos:

Cópia do título de propriedade do imóvel e Certidão de inteiro teor do Registro Geral de Imóveis (RGI); Cópia da certidão de aforamento, se for o caso; Cópia da Cessão de Uso (CCU), quando se tratar de imóvel de propriedade da União/Estado/Município; Cópia da Certidão de Distribuidor Cível e outros documentos que comprovem a posse, se for o caso; Declaração de beneficiário da reforma agrária, se for o caso; Apresentar também Contrato de Locação, de Comodato ou outros, se o requerente não for proprietário do imóvel;

G) Cópia da Certidão emitida pela SMU/PMS – Certidão de Zoneamento, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo (art. 9º do Decreto Estadual nº 42.159);

H) Formulário do Termo de Responsabilidade devidamente preenchido e assinado;

I) Identificação e qualificação do(s) profissional(ais) responsável(eis) pelo projeto e execução da obra e seu(s) registro(s) no conselho de classe, CPF, bem como Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), assinadas, atualizadas e devidamente quitadas;

Formulário de Cadastro de Obras Diversas (modelo INEA) preenchido e assinado pelo representante legal e pelo responsável técnico;

K) Relatório de cumprimento das condições de validade da última licença (LP, LI, LPI, LAS, LO, etc.), se houver - Elaborar relato das medidas tomadas para atendimento às condicionantes;

L) Memorial descritivo da área do projeto - Deverá contemplar: Os limites do imóvel ou das instalações, apresentando pontos de referência e caracterizando a vizinhança do empreendimento, de modo a permitir um perfeito reconhecimento do mesmo; Localização do terreno em relação ao logradouro principal e a pelo menos mais dois outros, indicando a denominação dos acessos. Caso esteja situado às margens de estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado onde se localiza; Descrição da cobertura vegetal, topografia, tipo de solo e corpos d'água existentes, preferivelmente acompanhada de fotografias; Localização em relação aos cursos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver; Pluviometria da região; Existência de áreas protegidas no entorno (mata atlântica, mata ciliar, manguezal, etc.); e Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio de no mínimo 100 metros;

M) Memorial descritivo do empreendimento

Deverá contemplar: Os objetivos e a justificativa do projeto; Características do empreendimento, contendo minimamente: área total do imóvel/terreno, área de intervenção, Taxa de Ocupação (TO); Área Total Construída (ATC); volume de terraplenagem; dimensionamento das áreas destinadas aos diferentes usos previstos; estimativa da demanda de água fonte de abastecimento (durante a fase de obras e durante a fase de ocupação); sistema de esgotamento sanitário previsto; esquema viário projetado; tipo de pavimento; e Unidades de apoio durante as obras (canteiro de obras, oficinas de manutenção);

N) Planta baixa em escala compatível, indicando no mínimo os seguintes elementos: Edificações/lotês; Sistema viário; Áreas de uso comum, áreas públicas ou de lazer; Obras de arte especiais; Áreas verdes e Cobertura vegetal da Área Diretamente Afetada – ADA;

O) Relatório de identificação da eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas, em atendimento a Resolução CONEMA nº 44 de 14 de dezembro de 2012;

P) Projeto de terraplenagem (planta e perfil) em escala adequada - Deverá contemplar: Volume de corte e aterro (memória de cálculo); informar se haverá compensação lateral e localização; Informações sobre bota-fora (volume, localização e projeto de conformação final); informar sobre empréstimo (localização e volume de material movimentado); e informar quanto a utilização de material oriundo de jazidas licenciadas;


Gilmar Rocha de Magalhães
Secretário Municipal de
Meio Ambiente
Matrícula 208604-3 - São Jerônimo